TL 29524
CIDAC
Centro de Documentação

SETEMBRO DE 1974. O GENERAL SPÍNOLA RESIGNA. A JUNTA DE SALVAÇÃO NACIONAL INDICA PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA O GENERAL FRANCISCO DA COSTA GOMES. NO DIA 30, AO TOMAR POSSE, O NOVO PRESIDENTE DIRIGE-SE AOS PORTUGUESES.

30/Set/74

Perante o Conselho de Estado, cujos membros bem conhecem os meus esforços continuados para evitar este acto de resignação, fiz a devida justiça às suas qualidades de grande amigo e companheiro de armas e ao meu desgosto perante a sua decisão. Ainda perante o Conselho de Estado signifiquei as extensas divergências entre as afirmações de Sua Excelência e a forma como o problema nacional pode ser apreciado.

Não seria cómodo para quem me escuta uma exposição extensa, mas não posso eximir-me a focar alguns pontos.

Na descolonização, não houve qualquer desvio ao programa do Movimento das Forças Armadas. Visto que em todos os actos políticos não haveremos de sujeitar-nos a esquemas rígidos preconcebidos, teremos sim de, em respeito pelos grandes princípios, orientar a evolução dos acontecimentos face à constante mutação da conjuntura política enquadrante. Entendo dever referir que os responsáveis do Governo Português e todos os que têm colaborado no processo de descolonização em curso têm demonstrado inteligência, dedicação e talento. Creio que os resultados obtidos e a obter serão referidos como os melhores que, no momento histórico, seriam possíveis à luz dos interesses dos Povos intervenientes.

Quanto ao curso da democratização do País, se nem sempre tem sido possível evitar desvios a quem aprende o caminho da Liberdade autêntica, creio que poderemos continuar a perguntar-nos se outra Revolução no Mundo soube ser simultaneamente tão profunda e tão pouco marcada por sangue, por dores ou por atentados graves ao civismo. Há muito a melhorar e a corrigir; pois todos unidos nós o faremos.

Nenhum Português que ama o Povo a que pertence ignora hoje que o trabalho, a ordem e a unidade são os

marcos essenciais que garantem as liberdades democráticas e o respeito pelos Direitos fundamentais do Homem.

Em política, como em tudo na vida, quem planeia a longo prazo tem menos que se preocupar com o patamar em que se apoia do que com a tendência ascendente a imprimir ao fenómeno. Estaremos todos unidos para trabalhar e progredir, sempre melhores, sempre mais disciplinados e conscientes do que no dia anterior.

Resta-me agora, perante a Nação, definir algumas linhas mestras do meu pensamento quanto ao nosso futuro imediato.

No plano geral, saberemos interpretar as Leis Constitucionais em vigor, onde são essenciais os pontos do Programa do Movimento das Forças Armadas. Saberemos todos criar as condições sociais que permitam ao Povo escolher as suas instituições políticas dentro do conceito basilar de democracia pluralista, único que garante espaço para projecção da verdadeira dimensão da Dignidade Humana.

No processo de descolonização, tudo faremos para respeitar os legítimos interesses das populações locais, procurando o justo equilíbrio na criação das condições de fraternidade, de respeito mútuo e de amizade que substituirão laços anteriores historicamente ultrapassados. Timor, S. Tomé e Cabo Verde serão problemas diferenciados cuja única constante é a garantia de que a consulta das populações, livremente expressa, terá papel decisivo no curso do processo.

Quanto a Moçambique iremos respeitar com meridiano rigor os compromissos assumidos nos acordos de Lusaka.

Angola tem as coordenadas fundamentais desta fase do processo já definidas pela Junta de Salvação Nacional a que pertenço e com as quais me identifico plenamente.

SETEMBRO DE 1975. COSTA GOMES É RECEBIDO NA POLÓNIA, CUMPRINDO UM OBJECTIVO DE ALARGAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES EXTERNAS DE PORTUGAL, A LESTE E A OESTE.

as vicissitudes inerentes a expansionismos que se propunham destruir a personalidade própria do povo polaco, a sua identidade nacional, o seu rico e expressivo património cultural. Por mais recente e mais terrível, encontrou profundo eco em Portugal a malograda tentativa nazi de destruir a nação polaca, o doloroso período de ocupação e, finalmente, a libertação gloriosa da Polónia.

Também o meu país, situado numa área estratégica que historicamente fez a cobiça dos poderes mais fortes, teve que lutar, em mais do que uma oportunidade, com armas na mão, para manter a sua integridade e salvaguardar a sua independência. A luta permanente contra interesses poderosos parece constituir um traço comum que nos aproxima, ao longo da história, mau grado as vicissitudes criadas durante o longo período do fascismo.

O 25 de Abril em Portugal foi a revolução libertadora que restituiu ao povo português a sua dignidade nacional e o direito de escolher o seu próprio destino. Ao mesmo tempo, assegurou aos povos coloniais o direito de eles próprios decidirem também do seu próprio destino garantindo-lhes o direito à independência e pondo em prática os mecanismos necessários à transmissão de poderes, nasceram desde então quatro novos países de expressão portuguesa comprovando a determinação posta na execução de uma política descolonizadora. Encerrar-se-á um ciclo do qual transparecerá a libertação não apenas do povo português como ainda dos povos da Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Timor.

Encontram-se assim criadas condições, históricas e actuais, para um profundo estreitamento dos laços entre Portugal e a Polónia, no interesse de ambos os povos, e também no interesse da Europa. No domínio da cooperação mútua formalizaram-se já acordos que reputo de

grande importância. A criação imaginativa de fórmulas de cooperação no que respeita à construção naval reflectir-se-á, sem dúvida, na expansão desse significativo sector da actividade económica dos dois países. Auspiciamos a extensão deste tipo de cooperação a outros domínios sublinhando o carácter de cooperação entre iguais, proporcionando vantagens recíprocas, assegurando o interesse mútuo, que este tipo de relações se amplie e substitua gradualmente o conhecido relacionamento entre mais forte e mais fraco, fonte de tensões e de exploração, é o nosso maior desejo.

No domínio das relações culturais, consideramos como favoráveis as condições para um melhor conhecimento da cultura portuguesa na Polónia. Estamos, em contrapartida, dispostos a assegurar em Portugal o melhor tratamento à divulgação da cultura polaca, tendo presentes os princípios da reciprocidade e do interesse mútuo. Foi com satisfação, que tomámos conhecimento da tradução d'«Os Lusíadas», sem dúvida o grito imortal da independência nacional portuguesa, intimamente ligado à epopeia dos descobrimentos que, a seu modo e no seu tempo, pretendeu também ser uma epopeia libertadora.

Consideramos ainda muito saudável o estreitamento de contactos entre pessoas a título pessoal ou profissional, bem como outros contactos, nomeadamente entre instituições científicas e culturais, que permitam um maior conhecimento entre os nossos dois povos e o consequente intercâmbio de ideais.

Senhor Gierek:

É chegado o momento de dizer algumas palavras sobre a Conferência de Segurança e Cooperação Europeias. Pela nossa parte fazemos os mais auspiciosos votos para que as

direito das Nações Unidas, no âmbito da qual pretende participar activamente e cooperar de forma positiva. A reunião do Comité dos 24 em Lisboa, para se debruçar sobre os problemas da África meridional, sensibilizou-nos e contribuiu expressivamente para eliminar vestígios negativos de um passado colonial que repudiamos. Estamos dispostos a dar o nosso apoio determinado à Organização das Nações Unidas, da qual esperamos também uma contribuição efectiva para a causa da paz e da segurança internacional.

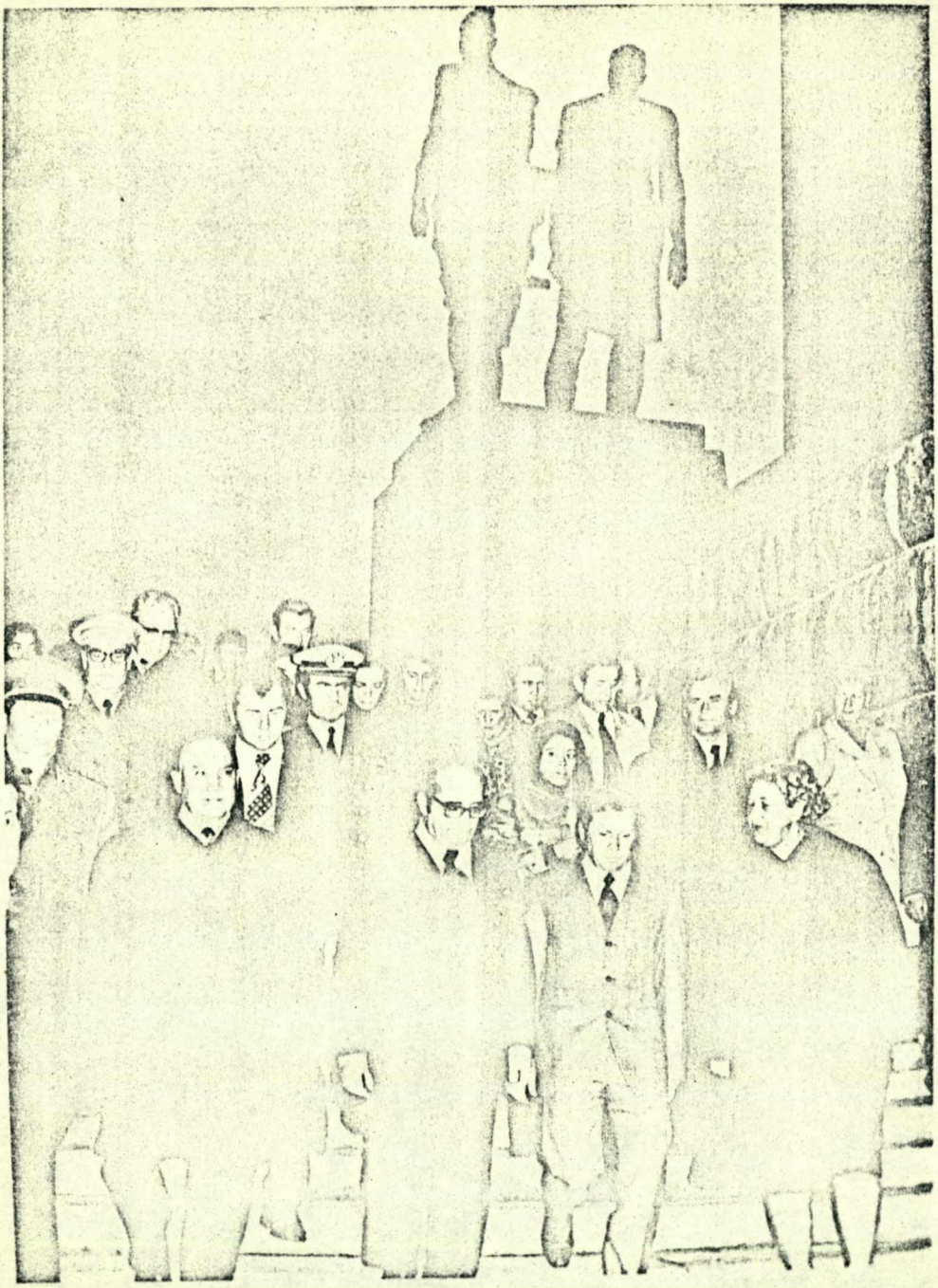
A terminar, Senhor Presidente do Presidium do Soviete Supremo da União Soviética, desejo agradecer, em meu nome, no de minha mulher e no dos componentes da comitiva portuguesa a hospitalidade que nos é proporcionada por Vossas Excelências e pela Senhora Nikolai Podgorny, pelo Soviete Supremo, pelo Governo Soviético, pelas autoridades e pelo povo russo. Faço votos para que os encontros e negociações hoje iniciadas com as autoridades soviéticas sejam frutuosas e correspondam às aspirações dos dois povos.

Ao erguer um brinde à amizade luso-soviética, peço que me acompanhem numa saudação ao Senhor Presidente da URSS, ao Governo e ao povo soviético.

Muito obrigado.

(1 de Outubro de 1975)

OUTUBRO DE 1975. À CHEGADA DA DESLOCAÇÃO À POLÓNIA E URSS, COSTA GOMES RESUME OS RESULTADOS DOS CONTACTOS EFECTUADOS.



Desejo, em primeiro lugar, agradecer aos secretários-gerais do Comité Central do Partido Operário Unificado Polaco e do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, aos Presidentes das Repúblicas, ministros e aos povos da Polónia e da União Soviética, a forma extraordinariamente calorosa com que me receberam, bem como à comitiva que me acompanhou.

Julgo que a visita que acabo de realizar foi da maior importância para o estreitamento das relações entre Portugal e a Polónia e URSS.

A revolução portuguesa é seguida com o maior interesse nos países socialistas. Em todos os contactos efectuados, encontrei sempre a maior compreensão para os nossos assuntos e, muito especialmente, os problemas políticos, económicos e sociais. As conversações que efectuámos decorreram sempre num ambiente aberto e franco. Informámos os nossos amigos sobre a forma como se processava a descolonização em Angola e Timor. Tanto a Polónia como a URSS exprimiram a sua compreensão e apoio para com as medidas tomadas pelo Governo português. Igualmente abordámos os problemas internos de ambas as partes e a forma como se processavam as nossas relações internacionais.

Na Polónia, nas conversações plenárias presididas por mim e pelo secretário-geral do Partido Operário Unificado, senhor Edward Gierek, foram assinados vários documen-

sem dúvida o da informação. Não se há-de estranhar que, à saída de quase meio século de censura e de súbito libertos, os órgãos de informação tenham cometido alguns excessos, mais fruto de uma desaprendizagem processual que de viciação profissional e ética.

Agora, mais conscientes dos riscos sociais desses excessos, parecem criadas as condições necessárias para que passemos a dispor de uma informação simultaneamente livre, responsável e verdadeira, aberta a todas as correntes do pensamento, mas escrupulosamente fiel às exigências da verdade objectiva.

O profundo desejo de paz é sentimento que não confinamos ao nosso espaço nacional, antes desejamos ver dilatado a todos os quadrantes do Mundo. Julgo significativo o nosso contributo nesse sentido, fazendo nascer quatro novas nações em 1975 e terminando uma guerra, longa de mais de treze anos. Depositamos as maiores esperanças no desenvolvimento das relações em todos os campos com esses novos países de expressão portuguesa. A cooperação em áreas de interesse mútuo e dentro da melhor ética de relações entre estados soberanos é facto que desejamos intensamente ver concretizado e ao qual dedicamos todo o nosso carinho e atenção governativa.

Quiseram interesses alheios aos do povo angolano que à luta contra o anterior regime se seguisse outra batalha mais sangrenta e mais dolorosa, porque se desenvolveu entre irmãos. Esperamos sinceramente que, no mais breve período de tempo, seja possível o entendimento e unidade entre angolanos, para a ultrapassagem das horas amargas e dramáticas que estão vivendo.

O povo português assistiu e assiste às vicissitudes da descolonização de Timor e às provações por que passam as suas gentes. Território longínquo, e desde sempre o mais difícil de apoiar por Portugal, veio ultimamente a ser

cenário de lutas fratricidas e intervenção estrangeira. Esgotadas as nossas capacidades, foi Portugal obrigado a recorrer à Organização das Nações Unidas que não regateou o aval de compreensão e apoio para a nossa posição. E porque é pelo povo de Timor que continuamos a empenhar os nossos esforços, estamos decididos a apoiar e a colaborar nas resoluções que por este organismo possam ser tomadas, com vista a garantir o inalienável direito do povo de Timor à sua autodeterminação. Esperando que o bom senso, o direito e a justiça prevaleçam sobre os interesses políticos, continuaremos a diligenciar, através das instâncias internacionais, a libertação das gentes de Timor e dos nossos militares injustificavelmente ali detidos.

Cabe aqui uma palavra especial para os portugueses que em precárias condições retornaram à sua pátria. Podem estar certos de que tudo faremos para minorar os vossos sofrimentos, as vossas carências e dificuldades. A reconstrução do nosso país exige os esforços de todos os portugueses integrados na mesma sociedade. É neste sentido de rápida e completa integração que desenvolveremos as nossas acções. Contamos com a vossa boa vontade, espírito de sacrifício, capacidade de trabalho e o vosso patriotismo indefectível.

No plano internacional, é nítido quão diferente se apresenta hoje o panorama das nossas relações. À imagem de um Portugal isolado por uma política obstinada, procuramos fazer suceder um espírito de maior abertura a todos os povos, fundada na liberdade e dignidade do homem, na oposição a todas as formas de discriminação, exploração e injustiça, e na observância aos princípios essenciais da convivência internacional. Defendemos a solução pacífica dos conflitos, a igualdade soberana entre Estados, o repúdio das ingerências externas nos destinos

P. • *Considera Moçambique acção ou sanções a curto prazo contra a Rodésia, ou estão em estudo as implicações referentes à economia moçambicana? Há ainda presença rodesiana oficial ou semioficial em Portugal?*

R. • Eis um assunto extremamente complexo e melindroso, que sigo com toda a atenção e prudência. Entre as razões que militam a favor da consideração de tais sanções estão as recomendações da ONU e muitas outras. Contra tal hipótese teremos de não esquecer que tais sanções ficarão muito caras à precária economia de Moçambique.

Para além das relações Portugal-Rodésia há, portanto que considerar os sacrifícios que teríamos de exigir aos povos de Moçambique.

P. • *Quais as presentes relações de Portugal com a NATO? Houve notícia de dificuldades? Estas foram clarificadas e, em caso afirmativo, poderá dizer de que maneira?*

R. • As relações de Portugal com a NATO não sofreram, da nossa parte, qualquer alteração; pelo contrário, o nosso programa político prevê a manutenção dos nossos compromissos e eu, já várias vezes, tenho afirmado o mesmo.

P. • *Quererá comentar o resultado das suas conversações com o presidente Ford?*

R. • Sobre o assunto foi feito um comunicado conjunto. Apenas posso acrescentar que regressei com fundadas esperanças de uma melhor compreensão e consequente intensificação das relações bilaterais, o que estimaríamos.

P. • *Qual a solução relativa ao futuro de Timor que está a merecer preferência — a independência ou a federação com a Indonésia?*

R. • O futuro de Timor pertence ao povo de Timor; se este o desejar, poderá manter um estatuto próprio de ligação com Portugal. Porquê essa alternativa limitada da sua pergunta?

P. • *Poderá V. Ex.ª encarar o aparecimento de uma situação que pudesse pôr fim à participação civil no Governo?*

R. • Em política não são úteis as palavras «sempre» e «nunca», mas a verdade é que nem sequer considerei tal hipótese.

(19 de Novembro de 1974)

REVISTA VEJA *(BRASIL)*

P. • *Sr. Presidente, fala-se cada vez mais em Portugal na necessidade de democratizar as Forças Armadas. Como entende o Senhor que se deva processar essa democratização e com que objectivos? Os tradicionais preceitos militares da disciplina e respeito à hierarquia devem ser redefinidos?*

R. • Tal democratização tem dois objectivos essenciais:

Junho de 1975, quando o território se tornar independente. O reduzido contingente militar da Frelimo talvez seja insuficiente para garantir a ordem no novo país. Se a Frelimo solicitar, Portugal aceitará manter parte de suas tropas em Moçambique, depois do 25 de Junho?

R. • Para além de 25 de Junho de 1975 é impossível fazer previsões. Existirá um novo país, Moçambique, que decidirá pedir ou não auxílio militar a Portugal e, na conjuntura do momento, terá de ser apreciado o pedido, se existir.

P. • *No caso de Angola, que caminho será empregado para levar o território à independência? Haverá um governo de transição, constituído por representantes do Estado português e dos três movimentos emancipalistas — MPLA, FNLA e UNITA — ou será utilizada uma outra fórmula? As quatro forças armadas existentes terão um comando unificado, chefiado por um alto-comissário português? Em que prazo o Senhor julga que Angola se tornará um país independente?*

R. • A evolução da conjuntura política é tão rápida que é impensável apresentar um esquema preconcebido. Adoptaremos a fórmula que melhor salvaguarde os interesses dos Angolanos. É evidente que algo teremos de estabelecer que garanta a sintonia de actuação das várias «forças armadas» que se justaponham.

Quanto à pergunta de uma data provável para a independência, conviria perguntá-la aos movimentos emancipalistas, porque as suas dificuldades de entendimento continuam a ser o grande obstáculo para o andamento do processo de descolonização.

P. • *Durante a primeira fase do processo de descolonização, a possibilidade de uma mediação brasileira foi lembrada com frequência. Hoje, o Senhor pensa que o Brasil tenha algum papel a desempenhar nesse campo, mais precisamente, no caso angolano?*

R. • Um processo de descolonização, em princípio, é um problema interno e não um problema internacional. Não parece que venha a ser necessário recorrer a um país medianeiro mas, se o for, um país irmão viria imediatamente ao pensamento.

(29 de Novembro de 1974)

REVISTA LUMEA *(ROMÉNIA)* 1/12/74

P. • *Tal como o Senhor Presidente afirmou do alto da tribuna das Nações Unidas, o 25 de Abril varreu uma ditadura de meio século e abriu uma nova era para o seu país. Quais são, Senhor Presidente, os objectivos imediatos e futuros para a democratização do País, à luz dos programas do Governo Provisório e do Movimento das Forças Armadas?*

R. • Os objectivos mais importantes a cumprir são os seguintes:

— Descolonização;
— Reconversão das estruturas produtivas;
— Estabilização socio-económica;
— Politização do Povo Português;
— Democratização do ensino e da cultura;

— Revisão acelerada da legislação anterior;
— Reorganização das forças militares e militarizadas para cumprimento de objectivos tipo «serviço nacional».

Sem o cumprimento de todos estes objectivos será inviável a instauração de uma democracia pluralista socializante.

P. • *De acordo com o projecto da lei eleitoral, recentemente publicado, nas próximas eleições será utilizado o sistema da representação proporcional. Como se encara tal sistema, atendendo à actual configuração política do seu país? É a primeira vez que este sistema é utilizado em Portugal?*

R. • Entre 1910 e 1926 houve tentativas idênticas mas a pulverização extrema dos partidos e a falta de politização da sociedade dessa época não permitiram uma aplicação eficiente. A partir de 1926 as eleições perderam o significado pelo apertado controlo estatal que a ditadura passou a exercer.

P. • *A grande certeza do Portugal nascido em 25 de Abril chama-se a descolonização. Peço-lhe, Senhor Presidente, que apresente aos leitores romenos o balanço das etapas percorridas e as perspectivas desse complexo processo?*

R. • O balanço nesta data é o seguinte:

Guiné-Bissau — é já um novo país de expressão portuguesa, país amigo, ao qual estamos dando todo o possível apoio;

Moçambique — tem já um Governo Provisório e estamos a transferir as responsabilidades para o novo Estado que será totalmente independente em Junho de 1975;

Angola — estamos tentando estabelecer um Governo Provisório. Da parte de Portugal, isso não tem dificuldades mas, infelizmente, a existêntica de vários partidos emancipalistas não lhes tem permitido criar uma plataforma comum de entendimento para a sua entrada no Governo Provisório a criar;

S. Tomé — as conversações seguem um bom rumo para estabelecer, rapidamente, o Governo de Transição;

Cabo Verde — a existência de várias correntes de pensamento político tem dificultado o avanço do processo. Vamos nomear um alto-comissário e criar um novo estatuto administrativo para acelerar o desenvolvimento do fenómeno da descolonização;

Macau — é um território sob administração portuguesa mas nunca foi uma colónia. Vai actualizar-se a estrutura administrativa dentro dos novos conceitos democráticos e de acordo com os interesses e desejos da população, tudo dentro do quadro de boa vizinhança com a China Comunista, com a qual pretendemos estabelecer relações a muito curto prazo;

Timor — é uma colónia com características especiais, onde a população manifesta forte interesse por uma solução política que mantenha a sua ligação a Portugal. Pois o povo timorense irá ter o

Governo que desejar e, se ficar ligado a Portugal, será em termos de total descolonização política e económica.

P. • *Como é encarado o futuro das relações entre Portugal e a Guiné-Bissau, Moçambique e Angola? Que possuirão elas de específico?*

R. • Tenho as mais fundadas esperanças de que o futuro das relações de Portugal com os novos países serão as mais cordiais e frutíferas.

A curto prazo, creio que teremos relações bilaterais altamente preferenciais.

A longo prazo, Portugal e todos os países de expressão portuguesa, incluindo o Brasil, poderão sentir interesse em criar uma Comunidade própria, em benefício do equilíbrio da sociedade internacional do século XXI.

P. • *Quais serão, Excelência, as futuras relações entre Portugal e os países em vias de desenvolvimento?*

R. • Como sabe, no sangue, na alma e na cultura o povo português tem profundas marcas dos povos africanos, árabes e asiáticos.

Por outro lado, a nossa vocação luso-tropical, a nossa geografia e a nossa situação de País em vias de desenvolvimento tudo facilita e aconselha o estreitamento de relações com o Terceiro Mundo. Dentro da actual situação política portuguesa, creio que se tornará fácil que Portugal desenvolva todos os tipos de relação política, social, económica e cultural com todos os países em vias de desenvolvimento.

P. • *Reencontrando a Europa, o novo Portugal abriu, de par em par, as suas janelas ao nosso continente e ao Mundo. Qual é a posição de Portugal no que respeita aos problemas da segurança europeia, do desanuviamento e da cooperação na Europa e no Mundo inteiro?*

R. • Como pequena potência, Portugal está vivamente interessado em colaborar em todas as tentativas de solução baseadas na Paz, na Justiça e no Direito Internacional. Deste interesse decorrerão todas as nossas opções cujo sentido terá também de respeitar a nova actual vocação de bom entendimento com os países socialistas.

P. • *Como aprecia, Senhor Presidente, a evolução do novo curso da vida internacional que visa o estabelecimento de relações entre todos os países do Mundo, seja qual for o regime político, económico e social, sejam eles grandes, médios ou pequenos, relações assentes nos princípios e normas de direito e das relações internacionais? Como vai integrar-se o novo Portugal nesse processo que começa hoje a adquirir traços cada vez mais precisos?*

R. • Creio que, na resposta anterior, ficou definida a orientação geral da política global portuguesa. Não posso, nem devo ser mais concreto nestas respostas porque dentro de curto prazo teremos um Governo definitivo que representará democrática e eleitoralmente o Povo de Portugal.

P. • *Os acontecimentos de 25 de Abril, a evolução da vida política portuguesa, o novo curso político do seu País foram e são seguidos com grande interesse no meu país. Aliás, a Roménia foi o primeiro país socialista a reatar relações com Portugal após o 25 de Abril. Como aprecia o*

1/12/1974

P. • *Para terminar, permita-me que lhe pergunte se se considera um marxista.*

R. • Eu não me considero a mim próprio como um puro marxista. Mas não há dúvida de que há muitas ideias do marxismo que eu perfilho; de resto, eu posso considerar-me como um católico muito progressista.

(7 de Julho de 1975)

TELEVISÃO JUGOSLAVA

P. • *Senhor Presidente, quer V. Ex.ª dizer como encara as condições políticas actuais em Portugal, e que possibilidade vê de encontrar solução para a actual crise político-militar?*

R. • A situação política e militar em Portugal, nesta altura, é muito incerta, isto é, não está bem definida. Tem havido, sob o ponto de vista político, uma grande contestação entre os principais partidos, contestação que se infiltrou no MFA e que operou também uma divisão no seio do Movimento.

Estou convencido de que nós poderemos superar a crise política, constituindo um governo que seja apoiado pelos principais partidos políticos, e estou também persua-

4/9/75

dido de que podemos superar a crise no MFA, na Assembleia que se realiza amanhã, na qual vão ser reconduzidos ou eliminados alguns dos Conselheiros da Revolução, criando-se portanto um novo Conselho da Revolução, com maior homogeneidade do que o actual.

P. • *Pode informar-nos sobre a presente actividade no sentido de obter uma plataforma comum que fosse aceite pelo MFA?*

R. • Nas Forças Armadas, apesar de os oficiais, sargentos e praças que a constituem terem uma formação política diferenciada, não me parece que seja difícil arranjar uma plataforma de entendimento comum, pois já temos um Programa e um Plano de Acção Política, que foi aprovado pelas Assembleias das Forças Armadas, a que todos os militares dos três ramos deram a sua concordância e que pode, portanto, constituir a tal plataforma de entendimento entre esses diferentes ramos.

P. • *Como encara os actos de violência ocorridos em certas regiões de Portugal? Qual o perigo do fascismo e das forças da direita?*

R. • Realmente, nos últimos dois meses, têm-se dado assaltos às sedes dos partidos mais progressistas, especialmente do PCP, MDP e MES. Esses assaltos, segundo as últimas informações de que dispomos, estão a ser provocados por grupos de agitadores que se deslocam de uma localidade para outra e que incitam as populações a essas violências. Estamos seguros de que esses grupos são constituídos por elementos contra-revolucionários, ou por outra, por elementos reaccionários, e que eles têm como principal missão exactamente levar as populações a

um estado de rebelião, por forma a que seja possível o regresso ao fascismo.

Esta expansão das violências tem sido também, até certo ponto, consentida por uma quebra de autoridade que existe no País e que nós estamos empenhados em reestabelecer.

P. • *Que espera em relação à próxima Assembleia do MFA? Quais, na opinião de V. Ex.ª, as questões mais importantes que deverão encontrar solução nesta reunião?*

R. • A próxima Assembleia do MFA apenas vai discutir dois pontos. O primeiro e mais importante é a situação actual da descolonização e, especialmente, a relativa a Angola e Timor.

A descolonização em Angola e Timor tem-se complicado ultimamente. Tanto num território como noutro, existe mais de um partido político emancipalista que, apesar de todos os esforços que temos feito e dos acordos que entre eles se estabeleceram — em Angola, os Acordos de Alvor e de Nakuru, em Timor o Acordo de Macau — não conseguiram evitar os seus antagonismos, as suas diferenças, os seus diferendos, não conseguiram resolver o seu contencioso. Assim, praticamente pegaram em armas, gerando-se uma guerra civil, tanto em Timor como em Angola. Nesta altura, continuamos a fazer diligências para ver se se supera a crise política entre os partidos dissidentes. Por outras palavras: em Angola os partidos, pelo menos a UNITA e MPLA, estão a fazer esforços para concertarem e resolverem o seu contencioso. Em Timor também estão, na ilha de Atauro, em conversações os dois partidos políticos, a UDT e a Fretilin, no sentido de chegarem a um acordo à cessação das hostilidades.

P. • *Como e em que medida se mostram as pressões e os perigos do exterior, neste momento em que o País exige soluções adequadas e caminhos próprios para o desenvolvimento futuro?*

R. • As pressões que do exterior se têm feito sentir sobre Portugal são especialmente pressões de ordem económica que, é claro, têm afectado muito a situação portuguesa porque, a seguir à crise política, a crise que nós consideramos de maior importância no processo português é precisamente a crise económica, que vem a acentuar-se a partir de 25 de Abril de 1974. Temos a convicção de que, na maior parte dos países ocidentais, a situação portuguesa é vista com uma óptica que deforma a situação real do País, o que nos tem prejudicado, quer no que respeita a trocas quer no que respeita a investimentos ou empréstimos, de que nesta altura necessitamos para o relançamento da economia do País.

Relativamente aos países de Leste e aos países do Terceiro Mundo, não podemos dizer que sofremos pressões; antes pelo contrário, temos tido muita compreensão ante a situação do nosso país, e estamos a tentar estreitar as relações comerciais, sociais, económicas e culturais com todos os povos, especialmente nesta altura com os do Leste e os do Terceiro Mundo com os quais não havia relações.

P. • *Como se caracteriza a presente posição internacional de Portugal, em geral, e em particular no fim do importante processo de descolonização?*

R. • A posição internacional de Portugal caracteriza-se pelo seguinte: pretendemos manter as melhores relações com todos os países, não só com os países com quem já

4/9/1975

exactamente, conseguir para o Governo uma base de apoio, incluindo no governo elementos dos três partidos principais: o PCP, o PS e o PPD.

(4 de Setembro de 1975)

24/Set/75

SEMANÁRIO POLITYKA *(POLÓNIA)*

P. • *Das conquistas da Revolução Portuguesa, quais as que considera mais importantes?*

R. • Uma das mais significativas conquistas da Revolução foi a descolonização; por este processo Portugal está a entregar novos países à sociedade internacional; é uma tarefa de importância transcendente que, em relação à Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe decorreu da melhor maneira, ao passo que em Angola e Timor está, infelizmente, a efectuar-se com muita dor e perturbação social. Outra conquista básica, sem a qual poucas outras seriam possíveis, foi o restabelecimento das liberdades democráticas, conquista que só poderá apreciar devidamente quem, durante 48 anos, delas se viu privado. A nacionalização dos grandes sectores económico-financeiros, com a consequente liquidação dos monopólios, e a Reforma Agrária são outras conquistas, mais recentes, que correspondem ao desejo expresso de construção de uma sociedade socialista. Citaria ainda, no plano internacional, a abertura de relações com todos os países do Mundo.

P. • *Quais são as principais tarefas do MFA e das forças progressistas? Qual o papel que cabe agora ao MFA?*

R. • De imediato, tornar o País governável, com o restabelecimento da autoridade e da ordem social. Aliado a todas as forças progressistas, cabe ao MFA garantir a manutenção das conquistas já efectuadas pelo povo português e consolidar a ordem democrática necessária à construção do socialismo. Uma importante tarefa que deve ser preocupação comum do MFA e das forças empenhadas no processo revolucionário é a do esclarecimento do nosso povo, no sentido de o dotar dos instrumentos necessários para participar, activa e conscientemente, na Revolução.

P. • *Em que área há mais motivos de preocupação para as forças democráticas: no campo social, político ou económico?*

R. • Afigura-se ser no campo económico que residem as preocupações fulcrais de todos os que genuinamente pretendem o avanço do nosso processo rumo ao socialismo. Não sendo Portugal um País economicamente forte e sofrendo, nesse campo, as naturais perturbações que uma transição a partir do sistema capitalista implica, o problema reveste-se de grande acuidade e merece um cuidado muito particular. Acresce que alguns países têm manifestado pouca compreensão pelo nosso processo, posição que parece sofrer uma evolução favorável.

P. • *Como encara o desenrolar do processo de descolonização?*

R. • Relativamente aos países a que hoje podemos, com justificado orgulho, chamar países independentes de expressão portuguesa, apesar das muitas dificuldades que houve a vencer, o processo foi muito satisfatório. Evidentemente que o facto de haver apenas um movimento de libertação, significativamente representativo, na Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde e S. Tomé facilitou o processo. Outro tanto não aconteceu em Angola e Timor, territórios onde, infelizmente, a violência partidária imperou sobre as soluções políticas. Continuaremos, em relação a estes últimos, a envidar todos os esforços ao nosso alcance no sentido de garantir que ascendam à independência em paz, dentro do respeito da vontade dos seus povos.

P. • *Que tipo de relações será mantido entre Portugal e as ex-colónias?*

R. • As relações que Portugal manterá com as ex-colónias revestir-se-ão sempre de um cunho do máximo respeito pela soberania de cada povo. Essas relações têm grande importância, facilitadas como serão pela existência de laços socioculturais que unem os povos dos novos países de expressão portuguesa e o nosso povo, e inscrever-se-ão, não apenas no quadro cultural, como nos campos económico e técnico.

P. • *Este será o segundo encontro de V. Ex.ª com o Primeiro-Secretário Gierek e a primeira visita à Polónia. Que possibilidades de cooperação acha mais viáveis entre os nossos países?*

R. • A minha visita à Polónia incluirá, entre vários objectivos, o estreitamento dos laços entre os nossos povos. Neste encontro, por certo, se concretizarão acordos

de cooperação nos campos cultural, técnico, científico e económico entre os dois países.

P. • *Gostaria de aproveitr esta oportunidade para enviar alguma mensagem especial para os leitores polacos?*

R. • Embora, muito em breve, deva estar em contacto directo com o povo da República Popular da Polónia, desejo desde já transmitir-lhe o interesse de que se reveste para o povo português o reforço dos contactos entre Portugal e a Polónia, país que possui uma rica tradição de luta pela edificação da sociedade socialista. Entendo que a solidariedade entre os povos é um objectivo mundial de primeira importância e, nesse contexto, saúdo o povo polaco, na certeza de que os contactos entre os nossos povos serão cada vez mais estreitos e mutuamente profícuos.

(24 de Setembro de 1975)

TELEVISÃO BÚLGARA

P. • *Senhor Presidente: para começar, uma pergunta sobre a unidade — acha possível que, na etapa actual, se possa encontrar uma fórmula de compromisso para unificar as forças políticas em Portugal? E qual será essa fórmula?*

R. • Eu julgo que é possível arranjar uma fórmula para unificar as forças políticas; aliás, é essencial neste

como em algumas regiões do Norte, o Partido Comunista Português tem pouca penetração, mesmo muito pouca penetração e, por consequência, não pode estabelecer-se como se estabeleceu, por exemplo, na cintura de Lisboa ou no Alentejo. Eu tive já por várias vezes ocasião de abordar esse problema com os dirigentes do Partido Comunista e disse-lhes que, se querem que realmente o seu partido comece a ser compeendido nas regiões do Norte, do Centro e das Ilhas adjacentes, é necessário que pensem em fazer uma propaganda e penetração diferentes das que têm feito na cintura de Lisboa e no Alentejo.

P. • *Que partido político, Senhor Presidente Costa Gomes, tem hoje mais possibilidades de colocar-se à cabeça da política portuguesa, contando, evidentemente, com o povo?*

R. • É uma pergunta de resposta bastante difícil nesta altura. Como sabe, o Partido que registou maior votação popular nas únicas eleições livres que se realizaram em Portugal, em 25 de Abril de 1975, foi o Partido Socialista. Ainda estou convencido de que o Partido Socialista, pela natureza do seu programa e pela forma como tem agido, continua a ser um grande partido. O que ignoro nesta altura é se nas próximas eleições o Partido Socialista será o mais votado, como foi nas últimas, ou se porventura haverá modificações no eleitorado português no que respeita à sua opção por este ou por aquele partido político.

P. • *Como pensa solucionar o Presidente da República o gravíssimo problema económico português?*

R. • Tanto eu como, sobretudo, o Governo estamos fortemente empenhados na resolução do gravíssimo proble-

ma que, como diz, é o problema económico; na minha opinião, é actualmente, o mais grave a que temos de fazer face. Várias medidas estão planeadas, umas de carácter de planeamento, outras de carácter de intensificação da produção, intensificação do turismo interno e externo, de redução de certas importações de produtos não essenciais à vida ou à economia do País, de intensificação da produção nos campos da Indústria, da Agricultura e da Pecuária, enfim, num conjunto de medidas que, todas somadas, tendem a tornar as nossas condições económicas muito mais favoráveis e tendem a melhorar também — o que é muito importante — a nossa balança de pagamentos.

13/12/75

P. • *Quero fazer-lhe duas perguntas sobre a descolonização de Portugal. Considera alguma solução viável para o problema de Timor Leste?*

R. • Acho que sim, que a solução viável continua a ser aquela que Portugal preconizou quando se efectuou a Conferência de Macau. Portugal pretendeu, nesta Conferência, estabelecer com os partidos políticos de Timor — a UDT, a APODETI e a FRETILIN — um acordo no qual se estabeleceria prontamente um governo de transição que efectuaria um plebiscito ao povo timorense para se saber qual a sua vontade e qual o futuro que pretendia. Nessa conferência não esteve a FRETILIN, por razões surgidas à última hora, mas, de uma forma geral, concordou com as conclusões da Conferência de Macau. Toda a gente sabe que, em 10 de Agosto deste ano, a UDT lança um ataque em Díli, que alastrou às outras regiões do território, para expulsar a FRETILIN, e com esse ataque inicia-se uma guerra civil; esta teve como desfecho, há poucos dias, a invasão de Timor pela Indonésia, o que levou à conquista, por parte deste país, de algumas posições do Timor Leste,

especialmente da capital, Díli. Nós protestámos, e já tínhamos, aliás, posto o problema à ONU; o assunto foi já discutido na sua Assembleia. Como sabe, as razões apresentadas por Portugal já foram duas vezes votadas favoravelmente, pedindo à Indonésia para retirar o mais rapidamente possível as suas forças; a ONU preconizou que se seguissem as «démarches» que Portugal estava a empreender para resolução do problema timorense.

P. • *Considera que Portugal abandonou Angola à sua sorte e partiu de cabeça baixa, como diziam em Luanda os dirigentes do MPLA?*

R. • Eu julgo que não e que cumprimos até ao fim as resoluções do Acordo de Alvor. Empregámos todos os esforços até final para que em Angola se pudesse estabelecer um Governo de Unidade Nacional em que participassem os três partidos e que pusesse termo à guerra civil, que infelizmente devasta Angola. Penso que o problema de Angola, após a nossa saída, se tem agudizado mais, porque o auxílio que os partidos emancipalistas e os partidos políticos tiveram do exterior se acentuou, tendo as grandes potências, não só enviado grandes quantidades de material para Angola, como mercenários ou algumas forças estrangeiras, que tornam o problema mais difícil e a guerra mais cruel. Entendo que o mundo civilizado deveria encarar Angola como uma nação independente e rica e, por isso, faria um apelo para que se retirassem também todas as forças mercenárias que neste momento combatem em Angola ao lado dos movimentos emancipalistas e que deixassem de enviar para ali as quantidades de material de guerra que têm mandado, as quais têm feito aumentar a violência e as cruezas duma guerra que já fez mais vítimas que os treze anos e meio de guerra colonial.

P. • *Depois da Lei Constitucional sobre as Forças Armadas, diz-se com muita insistência que corresponde ao fim do MFA. É certo isto?*

R. • Não, não é correcto. O que realmente se pretende é que o MFA se alargue até ao limite que englobe todas as Forças Armadas Portuguesas e é essa a finalidade da lei recentemente promulgada. Mas não há dúvida de que as Forças Armadas e o MFA, que devem tender, como digo, para um limite comum, por enquanto ainda não se identificam completamente.

P. • *Uma outra pergunta, de flagrante actualidade: depois da reunião desta manhã com os secretários dos partidos, temos já os nomes dos novos ministros?*

R. • Ainda não temos os nomes dos novos ministros, mas já adiantámos bastante na composição dos ministérios que faltava preencher no VI Governo e que vão ser preenchidos muito brevemente. Estou convencido de que esta tarde ou amanhã teremos o elenco governamental completo e sem as lacunas que havia ainda antes do 25 de Novembro porque, talvez não saiba, havia três lugares de secretários de Estado que não tinham sido ainda preenchidos e que o ficarão agora.

(15 de Dezembro de 1975)